

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Projeto de Resolução

3.2. Deliberações do júri nacional do Programa Parlamento dos Jovens quanto à sessão nacional

3.3. Pedido de audiência da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

4. Discussão de Projetos de Resolução

4.1. Projeto de Resolução n.º 1280/XIII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que valorize a disciplina de Educação Física no Ensino Secundário

4.2. Projeto de Resolução n.º 1324/XIII/3.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar

5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

5.1. Petição 392/XIII - Solicita a promoção do Dia da Educação para a Igualdade de Género

- Deputada relatora: Laura Magalhães (PSD)

5.2. Petição 396/XIII – Solicita a adoção de medidas com vista à remoção de produtos de construção que contenham amianto ou fibrocimento, na EB 2/3 D. Domingos Jardo, em Sintra.

- Sem Relator

5.3. [Petição 397/XIII](#) – Solicita a adoção de medidas com vista ao controlo da alimentação dos alunos nos refeitórios dos estabelecimentos escolares.

- Sem Relator

5.4. [Petição 418/XIII](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

- Deputado relator: Ana Mesquita (PCP)

5.5. [Petição 433/XIII](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa de refeições escolares de qualidade em Portugal.

- Deputado relator: Lúcia Araújo Silva (PS)

6. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE, a requerer a audição do reitor a Universidade de Aveiro

- Apreciação e votação

7. Outros Assuntos

8. Data da próxima reunião

- 28 de fevereiro de 2018, 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, encontrando-se ausente a Deputada do CDS-PP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 7 de fevereiro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, encontrando-se ausente a Deputada do CDS-PP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de Projeto de Resolução

O Presidente da Comissão comunicou a baixa à mesma do Projeto de Resolução a seguir referido, tendo o Deputado Luís Monteiro (BE) informado que pretendiam a sua discussão na Comissão, em próxima reunião.

Projeto de Resolução	1321	XIII	3	<u>Pela efetiva aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, a todos os Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia</u>	Baixa comissão para discussão	2018-02-14	BE
----------------------	------	------	---	--	-------------------------------	------------	----

3.2. Deliberações do júri nacional do Programa Parlamento dos Jovens quanto à sessão nacional

O Presidente indicou as escolas escolhidas para participarem nas sessões nacionais do Parlamento dos jovens:

1. Sessão do Ensino Básico:
Círculo da Europa: Le Roquier School (Jersey)
Círculo Fora da Europa: Escola Portuguesa Ruy Cinatti (Dili, Timor-Leste)
2. Sessão do Ensino Secundário
Círculo da Europa: Le Roquier School (Jersey)
Círculo Fora da Europa: Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe

3.3. Pedido de audiência da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

Foi deliberado conceder a audiência e que a mesma tenha lugar numa reunião da Comissão.

4. Discussão de Projetos de Resolução

4.1. Projeto de Resolução n.º 1280/XIII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que valorize a disciplina de Educação Física no Ensino Secundário

4.2. Projeto de Resolução n.º 1324/XIII/3.ª (PCP) – Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar

Os Projetos de Resolução foram discutidos conjuntamente.

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do Projeto de Resolução 1280/XIII, referindo que o mesmo recomenda ao Governo que valorize a disciplina de Educação Física no ensino secundário. Considerou que a mesma foi desvalorizada, nomeadamente no seu estatuto avaliativo, dado que em 2012, o anterior Governo desvalorizou a escola pública e estabeleceu que esta disciplina deixasse de contar para a nota final do ensino secundário e para o acesso ao ensino superior.

Defendeu depois que não aceitam o argumento da divisão entre as disciplinas estruturantes e as outras e salientou que a disciplina em causa é das áreas do saber mais transversais, tocando, nomeadamente, nos domínios da saúde e bem-estar, geografia, geometria e matemática e a alteração introduzida provocou uma desvalorização do percurso da disciplina. Por outro lado, entendem que a disciplina também é responsável por um estilo de vida mais saudável e é fundamental para todos os alunos, mesmo os que não vão para o ensino superior. Nesta sequência e estando hoje em debate a revisão curricular, consideram que se deve incluir a Educação Física no debate mais alargado.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1324/XIII, que recomenda ao Governo a valorização da disciplina de Educação Física e do desporto escolar, referindo que reiteram uma iniciativa já apresentada na anterior legislatura. Mencionou que a desvalorização feita pelo anterior Governo se consubstanciou na redução da carga horária da disciplina e na não contagem da mesma para a média do secundário e que a medida teve a objeção da comunidade educativa e gerou consequências graves.

Argumentou depois que no 1.º ciclo o tratamento dado à disciplina é diverso nas várias escolas e em muitos casos faltam os meios e infraestruturas adequados para a respetiva prática. Defendeu a adoção de medidas para a disciplina e o desporto escolar serem valorizados e universalizados, considerando-os essenciais para a formação integral do aluno, a inclusão social e a promoção de vários valores, tornando-se necessário que seja reposta a carga horária e conte para a média do ensino secundário. Salientou ainda que não se trata de áreas menores e que têm importância a nível de saúde e de hábitos de vida.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) questionou a oportunidade da apresentação das iniciativas, a meio do ano e quando o Governo está a equacionar a flexibilização curricular e referiu que a disciplina de Educação Física conta para a média do Ensino Secundário para os alunos que vão fazer cursos do ensino superior na área e é para esses que deve contar. Mencionou depois que o BE pede uma avaliação de impacto da situação atual, com o que concordam e solicitou que indicassem os critérios que propõem para a mesma.

Referiu ainda que é defendido o alargamento da carga horária da disciplina, mas não se indica o que sai, para não haver aumento da carga total. Questionou também a razão pela qual tinha sido descontinuado o projeto de desporto escolar no 1.º ciclo e realçou que o despacho de organização do ano letivo não dá relevância ao desenvolvimento físico-motor dos alunos.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que os 2 Projetos de Resolução alargam uma frente de trabalho em que o Governo tem investido, e que tem o acordo do respetivo Grupo Parlamentar, de valorização da educação e cultura física, como parte do desenvolvimento integral do aluno, que é fundamental para a qualidade de vida das pessoas, pelo que se reconhecem nos 2 Projetos. O Programa do Governo realçava a importância desta matéria e isso tem estado subjacente na prática do executivo, que tem procedido à valorização da educação física desde a educação pré-escolar, incluindo dando-lhe realce a nível de avaliação.

Mencionou depois que o Governo já pediu parecer às entidades do setor, tendo o do Conselho das Escolas sido negativo e defendeu que o Parlamento podia colaborar no debate. Indicou que o PS entende que deve haver ponderação e ser preservada a estabilidade das políticas, por exemplo, não alterando o regime para os alunos que já estão a frequentar o secundário. A terminar, reiterou que o debate está a ser feito na sociedade e propôs que se ouvissem as

entidades do setor, bem como o Conselho das Escolas e os pais, que representam vários pontos de vista.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o Governo informou que a nota da disciplina de Educação Física iria contar para a média do secundário no presente ano letivo e posteriormente adiou a medida para o próximo ano. Manifestou depois que o CDS-PP concorda que a escola deve ter uma perspetiva integral e nessa medida que a disciplina de Educação Física tenha um tratamento igual ao das restantes. Alertou, no entanto, para os riscos decorrentes, nomeadamente, pela falta de condições nalgumas escolas e pelo tratamento diverso que gerará, com reflexos na avaliação da disciplina. Defendeu depois a separação entre a conclusão do ensino secundário e o acesso ao ensino superior.

A terminar, referiu que o CDS-PP tem uma inclinação favorável em relação às iniciativas e reiterou os riscos apontados.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que há necessidade de debater o regime do acesso ao ensino superior e discordou da valorização muito grande que é dada à avaliação externa dos alunos no ensino secundário. Reiterou que a valorização da disciplina de Educação Física implica a sua contagem para a média final do ensino secundário. Defendeu depois que é muito oportuna a discussão desta matéria, concordou com a audição das entidades e aceitou que seja reponderada a carga horária da disciplina.

O Deputado Luís Monteiro (BE) concordou com a necessidade de condições para a prática da disciplina, mas defendeu que isso não tem implicações em relação à decisão de a mesma contar ou não para a média do secundário. Indicou depois que Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) e a Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) já avaliaram o impacto da desvalorização da disciplina e concordou que a alteração só se aplique aos alunos que iniciem o secundário depois da sua entrada em vigor. Reiterou depois a oportunidade do debate da matéria, para que o Governo faça a alteração a que se comprometeu em 2016.

A terminar, foi consensualizado que iriam ser feitas as audições das entidades sugeridas e só depois os Projetos de Resolução seriam remetidos ao Plenário para votação.

A gravação da discussão está disponível nos respetivos Projetos de Resolução.

5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

5.1. [Petição 392/XIII](#) - Solicita a promoção do Dia da Educação para a Igualdade de Género

O relatório final da petição, da autoria da Deputada Laura Magalhães (PSD), foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5.2. [Petição 396/XIII](#) – Solicita a adoção de medidas com vista à remoção de produtos de construção que contenham amianto ou fibrocimento, na EB 2/3 D. Domingos Jardo, em Sintra.

A petição tem apenas um subscritor pelo que não foi nomeado um Deputado relator da mesma. O relatório final da petição, subscrito pelo Presidente da Comissão, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5.3. Petição 397/XIII – Solicita a adoção de medidas com vista ao controlo da alimentação dos alunos nos refeitórios dos estabelecimentos escolares.

A petição tem apenas um subscritor pelo que não foi nomeado um Deputado relator da mesma. O relatório final da petição, subscrito pelo Presidente da Comissão, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5.4. Petição 418/XIII - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

Adiado.

5.5. Petição 433/XIII - Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa de refeições escolares de qualidade em Portugal.

O relatório final da petição, da autoria da Deputada Lúcia Araújo Silva (PS), foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE, a requerer a audição do reitor a Universidade de Aveiro

O Presidente da Comissão informou que a Deputada Ana Mesquita (PCP) tinha solicitado que informasse os Deputados presentes dos vários Grupos Parlamentares, de que o PCP, não podendo estar presente no período da discussão, acompanharia o teor do requerimento do GP/BE.

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação do requerimento, referindo que o Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública foi desenvolvido pelo Governo por proposta do BE e tem aplicação à administração direta e indireta, incluindo às Universidades e embora se saiba que algumas destas instituições estão a dar parecer negativo por questões de financiamento, entende que o Programa é de cumprimento obrigatório para todas as entidades públicas e não depende dessas questões.

Indicou depois que na Universidade de Aveiro se verificou um protesto dos trabalhadores, alguns com vários anos de funções, por os representantes da instituição considerarem que não correspondem a necessidades permanentes, o que inviabilizará a regularização dos seus vínculos laborais, pelo que requer a audição do respetivo Reitor.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que todos os Grupos Parlamentares conhecem as questões e as mesmas têm lugar em várias instituições, pelo que propõe que se oiça o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o Programa é complexo, a nível da lei e do acompanhamento da aplicação e o foco está no papel das instituições. Indicou depois que o Programa em causa é um instrumento de regularização da precariedade, junto com outros e neste caso até não seria o de 1.ª linha. Manifestou depois concordância com a audição do CRUP e do CCISP, como estruturas coordenadoras das instituições.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a audição do CRUP e do CCISP, tendo referido que o Reitor da Universidade de Aveiro devia integrar a delegação do CRUP e ser ouvido nesse âmbito.

O Deputado Luís Monteiro (BE) indicou que na última audição do CRUP, o Reitor da Universidade de Aveiro, que integrava a delegação, informou que o Conselho não trata desta matéria, sendo a mesma tratada por cada instituição. Nesta sequência, o Senhor Deputado reiterou o requerimento de audição do Reitor.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) reiterou que embora haja interesse em ouvir os Reitores, a audição individual pode gerar várias audições, em múltiplas reuniões da Comissão.

O Deputado Porfírio Silva (PS) reiterou a concordância com a audição do CRUP e do CISP, que têm obrigações legais, nomeadamente de resposta e manifestou a discordância em relação a audições dos responsáveis de várias instituições, referindo ainda que aquilo que foi dito pelo Reitor da Universidade de Aveiro pode ser entendido como uma espécie de elemento de "negociação" no âmbito do processo.

Na sequência do debate, o Deputado Luís Monteiro (BE) reformulou o requerimento e passou a requerer a audição do CRUP, do CCISP e da Federação Nacional dos Professores (FENPROF, sendo que esta entidade participa na Comissão de Avaliação). O requerimento foi aprovado pelos Deputados presentes do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP, registando-se a ausência da Deputada do PCP.

7. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

8. Data da próxima reunião

- 28 de fevereiro de 2018, 15h00

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
António Eusébio
Diana Ferreira
Palmira Maciel
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos
Ilda Araújo Novo
Margarida Mano
Pedro Alves
Susana Amador

